

ACM assumirá comando das reformas

Aliado de Fernando Henrique, o senador baiano pode levar adiante as mudanças defendidas pelo filho, morto em abril

Leandro Fortes
Da equipe do Correio

Aperspectiva de enfrentar em seu segundo mandato uma oposição mais acirrada no Congresso Nacional faz com que o presidente Fernando Henrique Cardoso aposte cada vez mais na figura do senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) como condutor das reformas constitucionais. O presidente tem muitas razões para pensar assim. A primeira é que ACM concorda com a ideia de que essa é uma exigência nacional e apoia o governo de forma incondicional. Além disso, o senador baiano tem a motivação pessoal de continuar uma missão que, até o dia 21 de abril passado, era o grande trunfo do filho e deputado Luís Eduardo Magalhães, que morreu vítima de um infarto fulminante.

O fato é que as reformas, ou a ideia de que elas são inexoráveis, ganharam surpreendente força política no luto de Luís Eduardo porque coube ao próprio pai do parlamentar, Antônio Carlos Magalhães, levantar o assunto. Isso quando o corpo do filho ainda não havia sido sepultado na Bahia. Desde então, ninguém — nem Fernando Henrique, nem a oposição — teve mais dúvidas de que ACM assumiria, numa herança invertida, a missão que cabia naturalmente a Luís Eduardo. Sabe-se também que o senador não se move exclusivamente pela emoção. Ser o condutor das reformas deve garantir a ACM sua permanência na presidência do Senado — e do Congresso — por mais dois anos e, talvez, fazê-lo candidato à sucessão de Fernando Henrique em 2002.

A permanência do político baiano na presidência do Senado é uma circunstância política da qual Fernando Henrique Cardoso e seus aliados não querem abrir mão. “É muito louvável que Antônio Carlos tenha

esse estímulo para conduzir as reformas, até porque o presidente tem nele um aliado importantíssimo”, afirma o senador Teotônio Vilela Filho (AL), que dirige o PSDB.

Antônio Carlos fez o que pôde para, até ser surpreendido pela morte do filho, manter uma postura de aparente independência em relação ao governo Fernando Henrique, num estilo muito pessoal de aproveitar pequenas brechas de oposição para disfarçar um indisfarçável apoio irrestrito. A morte de Luís

Eduardo o libertou dessa posição incômoda — oposição a governos nunca foi o forte de ACM — e o jogou definitivamente nos braços de Fernando Henrique num momento de grande comoção nacional. A empatia política e pessoal que unia o presidente ao deputado Luís Eduardo se

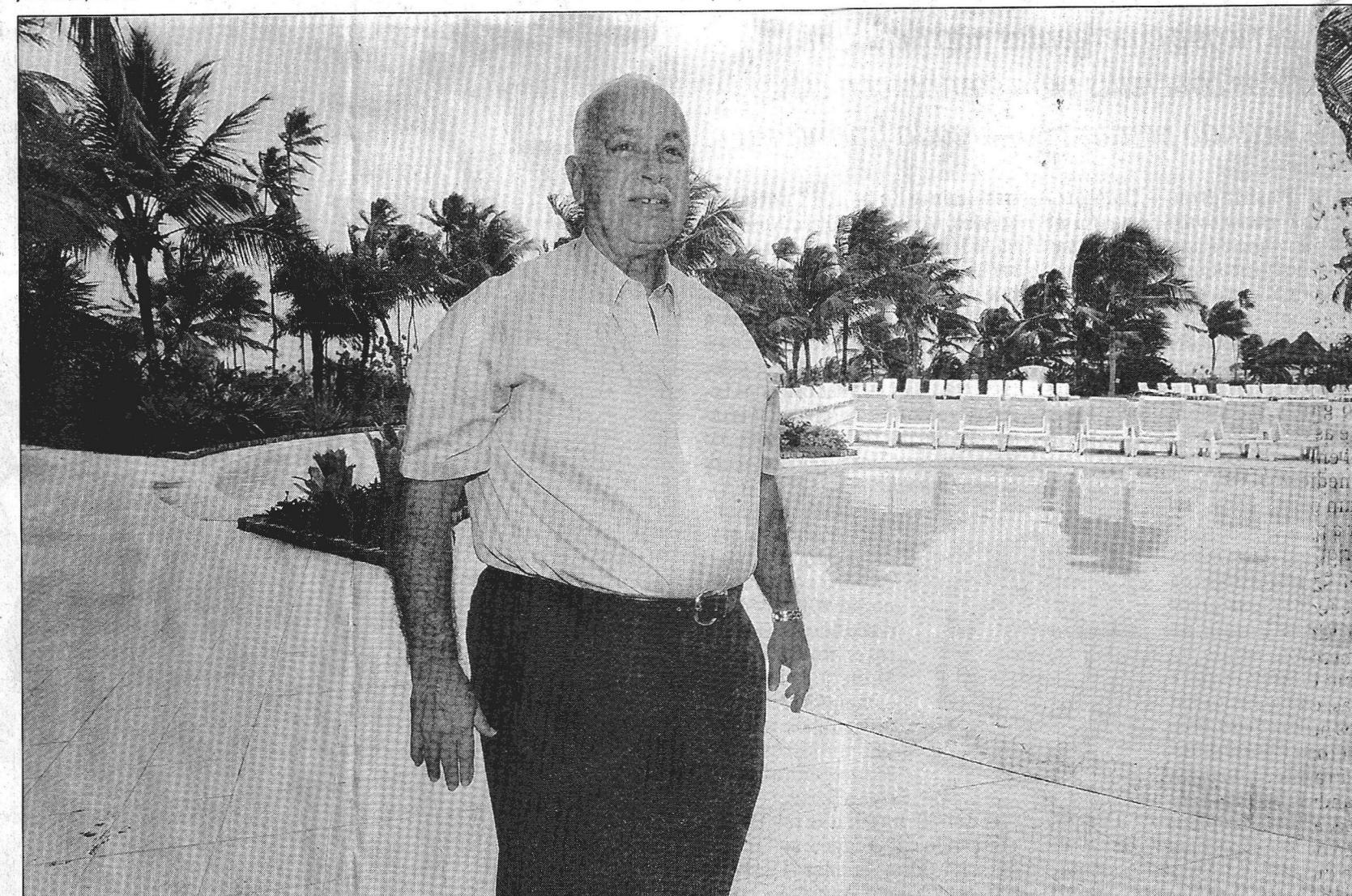
transferiu para o senador — o que foi bom para os dois. ACM nunca deixa de comentar com gratidão o fato de o presidente ter encerrado uma visita oficial à Espanha para voltar a tempo de participar dos funerais do filho.

DEDICAÇÃO

“A morte de Luís Eduardo deu ao senador Antônio Carlos uma motivação pessoal fortíssima. Agora é o pai concluindo a obra que o filho tocava com muito dedicação”, avalia o deputado Benito Gama (PFL-BA). A Benito, velho aliado de ACM na política baiana e um de seus principais portavozes no Congresso Nacional, o senador tem dito que se sente particularmente estimulado a, no fim das contas, representar o papel que tão cuidadosamente havia preparado para o filho. “O senador vai se dedicar à aprovação das reformas da mesma maneira que conduziu a eleição de César Borges (governador eleito da Bahia): trabalhando diariamente por esse objetivo”, garante Benito Gama.

A possibilidade de concorrer à sucessão de Fernando Henrique em

Jeffeson Rudy 22-8-98



Antônio Carlos será o braço-direito de Fernando Henrique no Congresso, onde se responsabilizará pela condução de projetos para tentar tirar o Brasil da crise

2002, apoiado pelo próprio presidente, é uma outra missão com a qual ACM poderá se ocupar no lugar de Luís Eduardo. Essa questão só não foi definitivamente formalizada porque o senador tem 71 anos e sofreu, em 1989, um infarto tão violento quanto o que iria matar seu filho nove anos depois. Relevam-se a idade e a saúde de Antônio Carlos, no entanto, por causa da disposição em continuar no cenário político quando todos pensavam que a morte do filho o levaria a aposentadoria.

Como o acordo de poder que levou por duas vezes Fernando Henrique ao Palácio do Planalto reza, em cláusula pétreia, que o próximo candidato do governo virá mesmo do PFL, é de se acreditar que o mais poderoso político da República só deseje mesmo se aposentar depois de assumir o lugar na História que, um dia, imaginou ter o destino reservado para o filho.

